

PREÂMBULO

UMA NOVA ÓTICA – UMA REVISÃO PARA O NOSSO SER

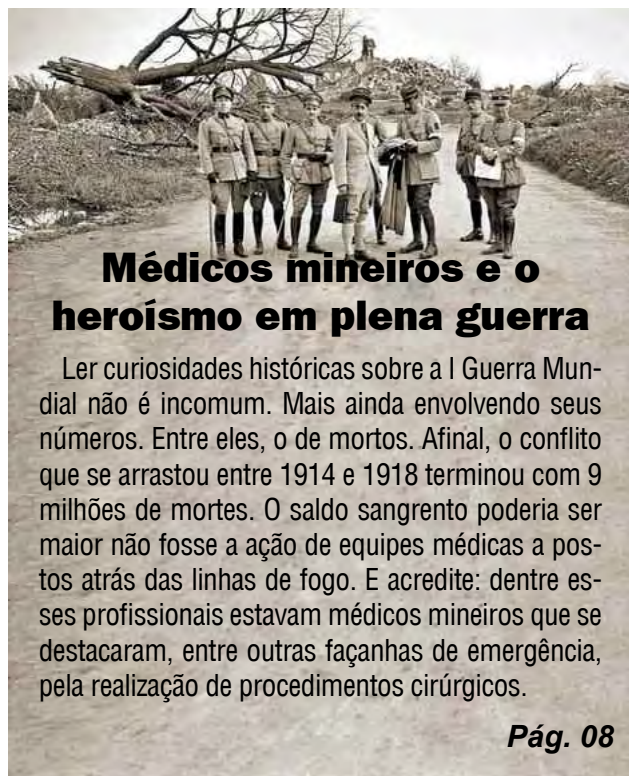
Por um autorreconhecimento, uma autovalorização, uma autorreavaliação, o real exercício do humanismo! Vermo-nos como seres de alma profunda, frutos do Divino, portadores e usufruidores da verdadeira riqueza da terra e do espírito, de que todos somos inquestionavelmente herdeiros.

Por mais fortes os ventos cruzados da barbárie, do absolutismo a nos açoitarem, a nos buscarem silenciar, há um poema caloroso, de louvor à vida, a ser vigorosamente proclamado; há histórias, mistérios revelados, a nos conceberem existência plena, a consciência florescente, frutuosa, direito inato, universal de todos.

Temos que nos desoprimir, nos reinventar, superando séculos de uma cultura excludente, repressora; nos liberar dos “dominadores”, dos “nobres”, das “elites” parasitárias que nos tratam como o “outro”, o “provedor” de seus abomináveis privilégios. O incompreensível poder estatal, feudal, fiscalista-extrativista, coroas na cabeça, máscaras da tirania, a nos impor reverências, a nos pisotear, a triturar, tratar todos à volta como folhas murchas, cinzentas, deixando um rastro surdo de indignação, de profundos ferimentos...

É preciso questionar, enfrentar, inquirir, transformar o poder. Impor princípios de discernimento, ética, caráter, respeito, respeitabilidade aos governantes, legisladores, julgadores, banqueiros, empreiteiros, beneficiários e comensais contumazes do “manjar” coletivo.

Temos, como cidadãos, que desenvolver a capacidade de persistir, de elevar o nível de conhecimento e informação comuns, compartilhar experiências, nos proteger eficazmente dos que nos fraudam o suor e os bolsos, nos submetem a provações, privações, quando não à escravidão disfarçada, nos ferem o corpo, a mente, o coração, a alma. Recusar tiranias, oligarquias, supremacias sem legitimidade ou autoexercidas, ainda que sob o falso, enganoso rótulo de “legalidade”



Médicos mineiros e o heroísmo em plena guerra

Ler curiosidades históricas sobre a I Guerra Mundial não é incomum. Mais ainda envolvendo seus números. Entre eles, o de mortos. Afinal, o conflito que se arrastou entre 1914 e 1918 terminou com 9 milhões de mortes. O saldo sangrento poderia ser maior não fosse a ação de equipes médicas a postos atrás das linhas de fogo. E acredite: dentre esses profissionais estavam médicos mineiros que se destacaram, entre outras façanhas de emergência, pela realização de procedimentos cirúrgicos.

Pág. 08

O homem da Fazenda São José da Ponte Pensa

Tão extensa quanto as lendas em torno de Patrício Lopes – ou Patrício Colodino – é a lista de terras apontadas entre as posses do são-tiaguense que deixou a terra natal ainda adolescente e desbravou mapas no século XIX. Uma delas a Fazenda São José da Ponte Pensa, extensa propriedade com “207.000 alqueires encravados no extremo Noroeste do Estado de São Paulo, divisando com Minas e o atual Estado do Mato Grosso do Sul. Era território habitado por índios Cainguás (caingangues) e Caiapós”.

Pág. 10

Pois que caia!

“Um viajante andando por terras distantes pediu pousada numa fazenda. Indicaram-lhe que o único lugar disponível era uma velha casa com fama de mal-assombrada. Como não tinha medo de nada, foi para lá sem hesitar. Acomodou-se num canto e lá pelas tantas ouviu no casarão uma voz: ‘Eu caio!’ A voz vinha da parte de cima da casa. O homem respondeu: ‘Cai!’ E caiu um braço”. Quer saber o desenrolar dessa história? Ulisses Passarelli narra detalhes deste caso, com variantes na região.

Pág. 13

ADIVINHAS

- 1- O que é, o que é? Uma impressora disse para a outra.
- 2- O que é, o que é? O nadador faz para bater o recorde.
- 3- O que é, o que é? Um fósforo disse a uma vela de aniversário.
- 4- O que é o que é? Voa sem ter asas e chora sem ter olhos.

R.: 1- Essa folha é tua ou é impressão minha?; 2- Nada; 3- É sempre por você que eu perco a cabeça; 4- A nuvem.

Provérbios e Adágios

- As grandes essências estão nos pequenos frascos.
- A ocasião faz o ladrão.
- Aí é que a porca torce o rabo.
- Após a tempestade vem a bonança,
- A gente nunca se esquece de quem se esquece da gente.
- Antes calar que com doidos alterar.



Para refletir

• A justiça é a vingança do homem em sociedade, como a vingança é a justiça do homem em estado selvagem.

Epicuro

• Queres ser rico? Pois não te preocupes em aumentar os teus bens, mas sim em diminuir a tua cobiça.

Epicuro

• Não temos tanta necessidade da ajuda dos amigos quanto da certeza da sua ajuda.

Epicuro

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e todas as pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Mariane Carla Fonseca.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Davy Antonio Silva Reis

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

AO PÉ DA FOGUEIRA

A VENDA DE RAPADURA E DE OUTROS PRODUTOS NATURAIS

A pitoresca venda de produtos naturais, à beira da movimentada rodovia, atraía um grande número de fregueses, geralmente turistas ou em pessoas em trânsito. Doces e biscoitos típicos, sucos, frutas da região, lácteos, café, dentre tantos produtos, eram ali servidos e vendidos às carradas. O carro chefe, porém, eram as variedades à base de cana - açúcar mascavo, rapadura, essa de teor considerado doce, textura macia, vendida aos magotes, além de cachaça. Sem se esquecer da garapa, ali servida, preparada na hora.

O proprietário, para tanto, mantinha ali à vista um pequeno engenho ou moenda, a título de exibição para os fregueses, ávidos de um frescor – ou seja garapa gelada, em especial nos dias mais quentes. Afirmava ainda, a plenos pulmões, ser possuidor de grandes plantações de cana em propriedades no sul do Estado. Num espaço, ao lado, um vistoso canavial. Tudo servia de ponto ou fator de publicidade para sua lanchonete e seus produtos, por ele alardeados à beça, como orgânicos, puros, saudáveis. E que, na verdade, não davam para encomenda. Tamaña a propaganda, que produção se esgotava em questão de minutos...

São Horácio, velho freguês, homem observador, nosso conterrâneo, que, semanalmente, passava por ali, adquirira intimidade com empregados. Certo dia, comenta, de supetão, com um deles, que parecia estar “tocado”, bastante grogue: - Vocês vendem rapadura, garapa, açúcar, dizendo ser produção própria. Mas o canavial, aqui à nossa frente, pouco muda, está praticamente o mesmo há semanas. Engraçado, não?!

O rapaz acaba por abrir o bico.

- Aquele canavial ali, bem como o engenho, são prá inglês ver. A matéria prima que utilizamos está toda aqui ensacada...

E, abrindo um portão lateral que dava acesso a oculto galpão, cheio de sacos de açúcar, do chão ao teto, confessa, a surda voz:

- O canavial da empresa é este aí...



Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



PE. JÚLIO FERREIRA UM HOMEM DE GRANDE PERSONALIDADE



Pe. Júlio José Ferreira (1844 - 1916)

Júlio José Ferreira nasceu no dia 25 de agosto de 1844, em Piedade dos Gerais, que na época pertencia a Bonfim. Filho do Alferes Vicente José Ferreira, português e de Anna Cândida de Jesus, filha do açoriano José da Costa Vieira e de Jacinta Angélica de Jesus, de Piedade dos Gerais. Foi batizado na antiga Freguesia de Nossa Senhora da Piedade dos Gerais a 15 de novembro de 1844.

Ainda bem cedo manifestou o desejo de ser padre, logo foi encaminhado ao Seminário do Caraça, sob os cuidados dos Padres Lazaristas. Anos depois foi ordenado sacerdote a 26 de janeiro de 1868, pela imposição das mãos e oração consecratória do venerável, Exmo. e Revmo. Dom Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, Conde da Conceição. Pe. Júlio tinha grande veneração pelo prelado.

No segundo semestre de 1868, no mês de setembro foi provisionado para ser pároco da Freguesia de São Tiago, aí assumiu e fez um belo trabalho pastoral até o ano de 1901. Em São Tiago teve uma concubina, dona Benvinda Maria de Bittencourt, de cuja união nasceram quatro filhos: Maria José que deixou descendência, José Maria, advogado e que deixou descendência, João Batista, médico, que deixou descendência e um menino ou menina, que morreu na infância. A oralidade conta que segundo o relato de dona Elzy Guadalupe (nora do sacerdote, casada com José Maria), que o Pe. Júlio encontrou a senhora Benvinda vagando pelo campo, provavelmente fugindo de um ruim casamento que não deu certo, e com isso a acolheu em sua casa formando uma família.

Na década de 1900 começa a se organizar para deixar o Distrito de São Tiago por motivos de perseguição política. Em 1901, após deixar São Tiago Pe. Júlio foi nomeado

para ser pároco da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, em Barbacena/MG, porém não se sabe o que houve, que ele não tomou posse. Assim estabeleceu-se na antiga São João del-Rei como vigário da Igreja de Nossa Senhora das Mercês. Ali conquistou seu novo rebanho e fez um belo trabalho pastoral como guia das almas e confessor de famílias tradicionais de São João del-Rei.

Em 1916, idoso e enfermo o sacerdote residia em uma casa próxima da família em São João del-Rei ou mesmo na casa de seu filho, José Maria, até ser levado por seus familiares para Belo Horizonte. Lá ficou até o seu falecimento ocorrido em 26 de setembro de 1916. Foi sepultado no Cemitério do Bonfim, estando ali até hoje sua sepultura.

Pe. Júlio Ferreira foi personagem do livro "Pontes & Companhia", de autoria do Dr. João Lucio Brandão, que retrata a vida em São Tiago, no final do século XIX.

**Dr. Fernando Alcici
Trineto do Pe. Júlio Ferreira**



Igreja de Nossa Senhora das Mercês - SJDR

BELMONTE, a terra onde nasceu PEDRO ÁLVARES CABRAL



NOTAS

(1) Embora oficialmente o descobridor da América foi Cristóvão Colombo em 1492, há arraigadas teses de que os primeiros europeus a chegarem à América foram normandos (vikings) numa 1ª chegada por volta do ano 1.000 d.C quando Leif Eriksson, após explorar a Islândia e a Groenlândia, chegou ao nordeste do Canadá (regiões da Terra Nova e Labrador) conforme túmulos e inscrições vikings encontradas por arqueólogos. Uma 2ª chegada (experiência colonizadora viking) teria ocorrido em 1362. O navegador português João Vaz da Corte Real, por outro lado, teria chegado à Terra Nova (Canadá) por volta de 1472.

Isso sem falarmos nos povos asiáticos, antepassados de nossos indígenas, que chegaram à América em tempos remotos. Estudos recentes mostram a possibilidade de que fomos igualmente habitados por povos australo-melanésios, como o povo Luzia em Minas Gerais e da Serra da Capivara no Piauí.

Segundo outras fontes, o primeiro europeu a chegar ao Brasil foi o espanhol Vicente Yanez Pinzón, acompanhado do contra-almirante Diego de Lepe, que, em 26 de janeiro de 1500, costeando o Atlântico, teria chegado ao Cabo de Santo Agostinho (PE). Tanto que foram condecorados pelo rei de Espanha pela “descoberta” em janeiro de 1500, portanto antes da chegada de Cabral. Outro português, Duarte Pacheco Pereira, a serviço secreto do Rei de Portugal, teria estado anteriormente no Brasil em 1498, atingindo, segundo seus relatos, a região habitada pelos índios aruaques (onde é hoje o Maranhão) Há quem afirme, outrossim, que Américo Vespúcio teria estado no norte do Brasil por volta de 1499. O curioso e fabuloso é que nosso território já teria sido mapeado em 1421 (portanto 70 anos ante de Colombo) pela armada chinesa do almirante Zheng He (1371-1433), cuja frota teria percorrido vários continentes, inclusive a atual América.

Superficial, ademais, o conceito de que a expansão do Império Português tinha o propósito de evangelização. Havia obviamente outros interesses relevantes: geopolítico, militar, socioeconômico, pois Portugal julgava-se predestinado a ser o “Quinto Império”, levando povoamento miscigenado e a civilização cristã a todos os cantos do mundo.

(2) Belmonte possui forte influência judaica, sendo território de permanência da cultura e tradição hebraicas desde o início do século XVI até os nossos dias. Durante a Inquisição, os judeus fizeram da vila um refúgio e um local de resistência à intolerância religiosa da época. O Museu Judaico de Belmonte é o primeiro museu judaico de Portugal, sendo um espaço onde se retrata a história dos judeus no País, sua integração na sociedade portuguesa e sua valiosa contribuição social e cultural nas artes, literatura e comércio.

A pequena Belmonte, que faz parte das aldeias históricas de Portugal, é a cidade-berço de Pedro Álvares Cabral, o descobridor oficial do Brasil⁽¹⁾. Acha-se localizada a 295 km de Lisboa. As construções da pequena cidade têm praticamente todas as suas estruturas feitas de pedra, com aspectos bem semelhantes ao que tinham no século XII. A cidade é patrimônio monumental e cultural da humanidade, reunindo história, arquitetura medieval, herança judaica e paisagens encantadoras. Seu nome, segundo estudiosos, deriva do latim “Belli monte” que significa “monte de guerra”, aludindo provavelmente aos confrontos bélicos da época da ocupação romana.

Belmonte, no distrito de Castelo Branco, região central de Portugal, aos pés da serra da Estrela, dispõe de vários museus e monumentos, sendo dois deles de maior importância: o Castelo de Belmonte (que pertenceu à família Cabral) e o Museu do Descobrimento. O Castelo de Belmonte foi uma construção inicialmente militar e posteriormente residencial (séc. XV). Nele Cabral passou a sua infância. É formado pela Torre de Menagem e um moderno anfiteatro ao ar livre. O Museu do Descobrimento, o que mais chama a atenção dos brasileiros, é dedicado à viagem de Cabral ao Brasil. São 16 salas interativas que exibem a história do descobrimento, artefatos e a cultura brasileira. Outro importante Museu importante da cidade é o Judaico⁽²⁾, inaugurado em 2005, que mostra as tradições e o dia-a-dia dessa comunidade. Há ainda o Museu do Azeite, que exhibe as técnicas de produção e a importância do produto na economia portuguesa. Nos arredores de Belmonte, localiza-se o estranho e antiquíssimo edifício “Centum Cellas” com dois andares e bem aparelhada cantaria, desconhecendo-se, até hoje, sua origem e utilização, que parece remontar ao período fenício-romano.

Belmonte apresenta um belo e bem preservado conjunto arquitetônico, mantendo um aspecto de quase dois mil anos. No centro histórico fica a estátua de Pedro Álvares Cabral. Um pouco à frente está a Praça da República, onde ficam o edifício da antiga Câmara, com a torre do relógio, o pelourinho quatrocentista e um exuberante conjunto de casas que abrigam lojas de artesanato local e da região da Serra da Estrela. Merecem ainda ser visitados o Panteão dos Cabrais (onde se encontra o túmulo com os restos mortais de Pedro Álvares Cabral) a Igreja de São Tiago em estilo românico, a Igreja da Sagrada Família (em seu altar lateral se encontra a famosa imagem de Nossa Senhora da Esperança, que segundo a tradição, teria acompanhado Pedro Álvares Cabral em sua viagem ao Brasil), o Convento de Belmonte, Torre de São Cornélio (um enigmático monumento da época do apogeu do império romano, não se sabendo ao certo a sua funcionalidade) etc.

PEDRO ÁLVARES CABRAL

DADOS BIOGRÁFICOS

Pedro Álvares Cabral – que inicialmente se chamava Pedro Álvares de Gouveia –⁽¹⁾ foi fidalgo, comandante militar, navegador e explorador português, a que se credita a descoberta do Brasil⁽²⁾ realizando ele a primeira exploração significativa e documentada da costa nordeste da América do Sul, reivindicando-a para Portugal. Nasceu na vila de Beira Baixa, no Castelo dos Cabrais em Belmonte, cidade acerca de 30 km de distância de Covilhã, região central de Portugal, em 1467 (ou 1468), contando, pois, cerca de 33 anos quando descobriu o Brasil. O capitão mor Pedro Álvares de Cabral, cujas armas familiares eram das mais ilustres do Reino, era filho do fidalgo Fernão Álvares Cabral e de Isabel de Gouveia, casal com 11 filhos (5 homens e 6 mulheres)⁽³⁾. O avô paterno de Pedro Álvares Cabral, Fernando Álvares, morreu em combate contra os mouros em Tânger. Pedro Álvares Cabral faleceu em Santarém, em 1520, vítima provavelmente de malária, sendo ali sepultado na Igreja da Graça.

De ascendência nobre, Cabral recebeu esmerada educação e já aos 17 anos servia à Coroa Portuguesa. Casado com Isabel de Castro no ano de 1503, sobrinha ela de Afonso de Albuquerque e que fora camareira mor de D. Maria, filha do rei D. João III, este um dos soberanos mais intolerantes de que se tem notícia, temível perseguidor de judeus, árabes e todos os que não seguissem a fé romana. O casal teve os filhos João Álvares Cabral, Antonio Cabral, Guiomar de Castro, Catarina de Castro, Leonor de Castro, Isabel de Castro. Cabral tornar-se-ia um dos principais personagens na história da expansão marítima de Portugal nos séculos XV e XVI e o primeiro europeu a chegar oficialmente ao território brasileiro⁽⁴⁾.

D. Manuel, então Rei de Portugal, organizara a maior e mais aparelhada esquadra para realizar uma expedição até as Índias, estabelecendo-se o domínio comercial português no Oriente. Segundo historiadores, a expedição tinha também a missão de expandir a fé católica e estancar a influência das crenças muçulmanas. A poderosa esquadra, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, composta por 13 embarcações (10 naus e 3 caravelas) partiu da Praia de Restelo, Rio Tejo, em Lisboa aos 09-03-1500⁽⁵⁾. Junto a Cabral estava o experiente navegador Bartolomeu Dias, que acabaria morto na passagem do Cabo da Boa Esperança; a tripulação constituída por aproximadamente 1500 homens entre geógrafos, cartógrafos, religiosos, intérpretes, soldados, comerciantes.

A esquadra seguiria a rota de Vasco da

Gama, passando (14/03) ao largo das Canárias. Na altura do Arquipélago de Cabo Verde, a frota aportou na Ilha de São Nicolau (dia 22/03) daí seguindo para oeste, afastando-se da costa africana. No dia 23 de março, uma das naus de Cabral, sob o comando de Vasco de Ataíde, perdeu-se da frota (provavelmente afundando na costa da África) sem que houvesse ventos fortes e contrários, ceifando a vida de 150 marinheiros. Após mais de 40 dias de viagem, observou-se em 21 de abril, sinais de terra próxima. No dia seguinte, avistaram o Monte Pascoal (nome dado por se achar na Semana da Páscoa)⁽⁶⁾. Aí ancoraram, permanecendo alguns dias em contato com os silvícolas; rezaram a primeira missa e seguiram rumo às Índias. A terra descoberta foi batizada de Ilha ou Terra de Vera Cruz⁽⁷⁾. Cabral envia um navio a Portugal para comunicar a descoberta. A frota dirige-se para a Índia, chegando a Calicute aos 15-09-1500. Vários barcos se perderam no trajeto, dentre eles o de Bartolomeu Dias que naufragou próximo ao Cabo da Boa Esperança⁽⁸⁾. Cabral retornou a Portugal em 1501, fixando-se em seus negócios.

Pedro Álvares Cabral é figura pouco conhecida, especialmente em Portugal. Segundo biógrafos, era homem inteligente, generoso, muito educado, não deixando, porém, de ser vaidoso de sua condição fidalga. Após sua missão oficial em Calicute e Cochim na Índia, regressando ao Reino (1501), Pedro Álvares Cabral viu-se mal recompensado e esquecido pelo Rei D. Manuel I, então embriagado pelo prestígio e a enorme agitação internacional à sua volta, apesar de todos os esforços junto ao monarca feitos pelos amigos e admiradores de Cabral, dentre eles o vice-rei da Índia, D. Afonso de Albuquerque. Discretamente, Pedro Álvares Cabral retirou-se da Corte, fixando residência na Quinta do Rosário, nas proximidades de Santarém, dedicando-se a atividades agropastoris. Após palmilhar mares e terras distantes, aí morreria quase anônimo, aquinhoado com paupérrima tença (pensão) conforme recibos da época. Um enorme silêncio seria lançado sobre seu nome, em se tratando de personalidade tão significativa e que tanto servira à sua terra e à sua gente.



NOTAS

(1) Cabral foi batizado como Pedro Álvares de Gouveia e só mais tarde, supostamente após a morte de seu irmão mais velho em 1503, é que começou a usar o sobrenome do pai. O brasão de armas de sua família era elaborado com duas cabras roxas em um campo de prata. Roxo representa fidelidade e as cabras derivam do nome de família. No entanto, apenas seu irmão mais velho, dentro das regras da época, tinha o direito de fazer uso do brasão da família.

Há registros de que Pedro Álvares Cabral pertencia à Ordem de Cristo, a ela associando-se em 1495. A Ordem de Cristo era uma ordem religiosa e militar, criada a 14 de março de 1319 pela bula papal Ad Ea Exquibus de João XXII. A Ordem de Cristo foi a herdeira das propriedades e privilégios da Ordem do Templo (também conhecida como Ordem dos Templários ou Cavaleiros Templários) e à qual pertenciam grandes vultos da sociedade portuguesa, dentre eles D. Henrique de Sagres. Daí dizer-se que a descoberta do Brasil teve o dedo dos Cavaleiros Templários...

(2) O termo “descoberta” se refere à chegada, em 22 de abril de 1500, da frota comandada por Pedro Álvares Cabral ao território onde hoje se localiza o Brasil. A palavra “descoberta” é utilizada, nesse caso, em uma perspectiva eurocêntrica, referindo-se estritamente à chegada de europeus (portugueses, no caso) às terras do atual Brasil, que eram já habitadas, há milênios, por vários povos indígenas.

A missão principal era aportar no Brasil e oficializar sua descoberta para a Coroa Portuguesa, reclamando (a Coroa) como pertença as terras mais ao sul do Continente Americano, porquanto Colombo, em nome da Coroa Espanhola, já chegara ao norte em 1492.

O termo “descoberta” ou “achamento” – embora empregado quase exclusivamente em relação à viagem de Cabral - pode-se referir, ademais, à suposta chegada de outros navegantes europeus antes de Cabral, como o caso das expedições do espanhol Vicent Yanez Pinzon (janeiro de 1500) e do português Duarte Pacheco Pereira (1498) A este respeito, o manuscrito “Águiles Lusitano” de autoria de Duarte Pacheco Pereira, cujo original só reapareceria em 1982, relata ao rei D.Manuel a descoberta do Brasil em 1498. Há referências ainda a uma viagem de Bartolomeu Dias em fins de 1498 ou inícios de 1499, por ordem real, de reconhecimento tordesilhano das regiões austrais do Brasil. Américo Vespúcio, rico e culto navegador florentino, atuou, por outro lado, como piloto e cosmógrafo da frota de Alonso de Ojeda, que teria alcançado o litoral brasileiro, em particular a costa amazônica, em 1499.

Há referências em documentos e crônicas medievais portuguesas sobre as “Ilhas Perdidas”, a ocidente da Ilha de São Tiago, no arquipélago de Cabo Verde, para onde condenados eram desterrados, deixados ali ou entregues ao sabor das ondas (Fonte documental: “Chancelaria de D. Afonso V”). Provavelmente, o que teria ocorrido com Antonio Rodrigues, o “bacharel da Cananeia”, mencionado por vários desbravadores da época como Martim Afonso de Sousa (1531), Diogo Garcia (1527) e principalmente por João Ramalho (1511) (VER BOX) os quais relataram terem encontrado o “bacharel”, morando entre os índios, e segundo Martim Afonso, há mais de trinta anos.

Antonio Rodrigues fora degredado para as “Ilhas Perdidas” pelo capitão da Ilha de São Tomé em documento datado de 24-04-1499. Há a hipótese de que Antonio Rodrigues tenha sido incorporado a alguma viagem secreta às regiões austrais do Brasil, como as de Duarte Pereira ou mesmo de Bartolomeu Dias e aqui deixado como padrão da soberania portuguesa – assunto este tratado pelo escritor português Jaime Cortesão.

(3) Fernão Álvares Cabral, pai de Pedro Álvares Cabral, em 1464, era fidalgo da Casa Real de D. Afonso V, o Africano e regedor da justiça na comarca (correição) de Beira. Em 1486 era adiantado (governador) da Comarca e membro do Conselho Régio; nesse ano, foi-lhe atribuído uma tença (espécie de pensão por feitos gloriosos), passada em 1492 para o filho primogênito e morgado dos Cabrais, João Fernandes Cabral, com o título de “Fidalgo da Casa do Duque de Beja”, este era primo de D. João II que se tornaria mais tarde D. Manuel I, o Venturoso. A esposa de Fernão Cabral, D^a Isabel de Gouveia era filha de João de Gouveia (Senhor de Almendra e Alcaide Mor de Castelo Rodrigo) e de D^a Leonor Gonçalves, colação do Rei D. Duarte.

Pedro Álvares Cabral era o 2º filho do casal, num total de 11 filhos; a ele D. Manuel I confiaria a missão sigilosa de trazer o Brasil para o conhecimento do mundo, sob a tutela e o bom fado da Lusitânia (Fonte: Luis Peter Clode – “Genealogia da Família Cabral”, Funchal, 1968).

Cabral, segundo muitos, tinha uma afinidade identitária, ou seja elevados atributos, valores e expressões de personalidade, dentre eles nobreza, temperança, destemor, recolhimento, hauridos e assimilados do Condestável Nuno Alvares Pereira, este considerado o maior estrategista, comandante guerreiro e gênio militar português de todos os tempos. Nuno Pereira, homem de excepcionais virtudes, venceu todas as batalhas a que comandou seja contra vizinhos (Castela) ou contra os mouros, incluindo a conquista de Ceuta (1415) Fundador da Casa de Bragança, abandonou a gloriosa vida militar para se dedicar à vida monástica como proficiente da Ordem do Carmo em Lisboa, tomando ali o nome de Nuno de Santa Maria. Canonizado pelo Papa Bento XVI a 26-04-2009.

(4) Os preparativos e projetos para o chamado “Ciclo das Descobertas” ou “Expansão Marítima Portuguesa” iniciaram-se muito antes do Infante

Dom Henrique de Sagres, ou seja praticamente desde D. Afonso Henriques, o 1º Rei de Portugal, estendendo-se aos demais soberanos como D. Dinis, D. João II, D. Manoel. Portugal preparara-se, pois, de há muito, para o domínio dos “mares nunca dantes navegados”. A Escola de Navegação reuniu os mais entendidos em marinagem, peritos em navegação, além de cosmógrafos, astrólogos e geógrafos; aparelhou-se com modernos instrumentos náuticos; criou a caravela, tipo de embarcação mais ligeira, rápida e fácil de manobrar. Já o rei D. Dinis tinha determinado plantar os pinhais de Azambuja e de Leiria destinados à construção naval. Assim, o sucesso marítimo português, que tanto impressionou as cortes europeias, não seria “coisa do acaso” ou da “boa fortuna”, relevando-se, todavia, a coragem sobre-humana dos navegadores lusos, ao enfrentarem longas distâncias e os caprichos constantes e temíveis dos oceanos.

Diz-se, ademais, que os portugueses herdaram valiosos acervos náuticos e recursos pecuniários da Ordem dos Templários. D. Henrique de Sagres era extremamente bem informado, tendo inteiro conhecimento das explorações do franciscano João de Montecorvino (1247-1328) que chegara à China e ainda das viagens de Marco Polo. Manteve sob sigilo (segredo de Estado) o conhecimento universal dos oceanos, com severas punições a delatores, traidores e espiões, tão comuns à época, a serviço de outras cortes.

(5) Segundo cronistas, o rei D. Manuel I compareceu à saída da armada de Cabral, dando-lhe e a toda a esquadra, sua bênção pessoal e real. Grande massa popular acompanhava, emocionada, a partida, que se deu ao som da artilharia das naus, cujas salvas festivas e estampidos ribombaram pelo ar, misturadas aos acenos do povo e ao choro de mulheres – mães, esposas, filhas dos que partiam – e das quais, muitas estariam de luto, ao retornar a armada, agora viúvas, órfãs, mães pranteando os filhos que não voltaram (temas tratados largamente pela literatura portuguesa, em especial pelo historiador João de Barros e pelo notável poeta Fernando Pessoa).

(6) A esquadra de Cabral, no relato de Pero Vaz de Caminha, após percorrer 670 léguas da Ilha de São Nicolau (“seguimos nosso caminho por este mar de longo...”), na terça-feira das oitavas da Páscoa (21 de abril) “topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E, quarta-feira pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos”.

Estudiosos consideram, a partir da Carta de Caminha, que o desvio das costas da África fora intencional ou seja do sul para oeste, não tendo tempestades que forçassem mudança de rumo, sendo que a navegação “fora de longo”, isto é sem voltas, ao contrário de “navegar de largo” que indica circular, vagar na imensidão oceânica. “Navegar de longo” na linguagem dos marinheiros é o mesmo que “a direito”

Não se pode esquecer que, junto à esquadra, seguia Duarte Pacheco Pereira, que dois anos antes, a mando de D. Manuel I chegara à “parte ocidental que fica além do mar oceano” ou seja o atual Brasil.

Prossegue Caminha: “neste dia, a horas de véspera, houvermos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã com grandes arvoredos; ao monte alto, o capitão pôs nome – Monte Pascoal – e a terra – Terra de Vera Cruz” “E fomos ao longo da costa (...) para ver se achávamos alguma abrigo e bom pouso, onde nos demorássemos para aqui tomar água e lenha. Não que nos minguassem, mas por aqui nos acertamos” Outra questão que intriga os analistas e estudiosos: se água e lenha não mingravam na armada, por que fizeram, naquela escala, quatro abastecimentos de água e lenha para “nos acertarmos”, isso é para renovarem os suprimentos ?!

Sabe-se que a nau de mantimentos, da qual dependia a sorte de toda a armada - tida como “velha”, sem condições de prosseguir



Viagem de Cabral ao Brasil

viagem até a Índia, em especial o trajeto do Cabo das Tormentas, onde correria sério risco de naufrágio - retornara a Portugal a fim de dar a boa nova ao Rei D. Manuel. Ou seja, nau destinada, provavelmente, para chegar à costa brasileira e retorno, com previsão/programação de novos sortimentos para o trajeto Brasil-Índia.

(7) No dia 24 de abril, Cabral, acompanhado de Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia e Pero Vaz de Caminha, recebeu nativos em seu navio; estes (indígenas) supostamente reconheceram ouro e prata existentes no navio (nomeadamente um fio de ouro e um castiçal de prata). Não reconheceram, no entanto, os animais trazidos pelos portugueses, à exceção de um papagaio; recusaram a comida e vinho oferecidos pelos portugueses. Fez-se curioso e absurdo aos portugueses o fato de Cabral ter-se vestido com todas as vestimentas e adornos aos quais tinha direito, pela sua condição de capitão-mor, frente aos índios e estes passaram inteiramente indiferentes à sua frente sem distingui-lo dos demais tripulantes.

(8) Dos treze navios da frota de Pedro Álvares Cabral conhecem-se apenas os nomes de três: "Anunciada", "El-Rey" e "São Bento". Onze dos navios pertenciam ao Rei de Portugal, um ao Conde de Portalegre e D. Álvaro de Bragança e a outro ao banqueiro florentino Bartolomeu Marchioni.

A nau "Anunciada" - a primeira a aportar em Lisboa na volta da viagem do Descobrimento - foi financiada pelos banqueiros florentinos Bartolomeu Marchioni, Girolano Sernige (este um dos financiadores da expedição de Vasco da Gama às Índias em 1498) e pelo genovês Antonio Salvago. Uma segunda embarcação da frota teria sido igualmente financiada pelos italianos Luca Giraldi e Piero Strozzi. Tais banqueiros italianos tinham altos interesses comerciais e financeiros nas navegações portuguesas, com a descoberta do Caminho das Índias e de outras terras.

Compunham a esquadra, sob o comando de Cabral, os mais competentes marinheiros portugueses, dentre eles: Gaspar de Lemos, comandante da nau dos mantimentos, que retornara da Terra de Santa Cruz com a notícia do "achamento"; Luis Pires, que morrerá ao largo do Cabo da Boa Esperança no naufrágio de sua nau; Pedro de Ataíde, encarregado nas primeiras ações militares dos portugueses no Oceano Índico; Diogo Dias, irmão e companheiro de Bartolomeu Dias, que, na tempestade do Cabo, se perderá da armada, reunindo-se a ela na viagem de regresso, em pleno Atlântico, após ter aportado à costa oriental da ilha de Madagascar e de vagar pelo mar da Arábia; Nuno Leitão da Cunha que no massacre dos portugueses na feitoria de Calicute salvará a vida do filho de Aires Correia, de doze anos de idade; Nicolau Coelho, companheiro de Vasco da Gama na viagem de descobrimento do caminho marítimo para a Índia; Simão de Pina, tragado, ao lado de outros capitães, pela tempestade do Cabo da Boa Esperança; Aires Gomes da Silva, comandante da nau "Anunciada"; Vasco de Ataíde, cuja nau foi a primeira a desaparecer, quando na viagem de ida, à altura dos Açores; Bartolomeu Dias, o melhor caravelista português, descobridor do caminho marítimo para as Índias, que viria a morrer, com toda a sua tripulação, no naufrágio das várias naus portuguesas no Cabo da Boa Esperança; Simão de Miranda, genro do feitor-mor da Índia, Aires Correia; o castelhano Sancho de Tovar, soto-capitão da armada.



o Brasil e Calecute, 1500.

JOÃO RAMALHO

João Ramalho é figura expressiva de nossa história, nos primeiros tempos da colonização lusa. Natural de Liseu, Portugal, onde nasceu em 1493, tendo falecido em São Paulo de Piratininga em 1580. Casou-se com a índia Bartira (ou Potira) que, batizada, recebeu o nome de Isabel Dias. Era ela filha do cacique Tibiriçá (ou Tevereçá), que, por sua vez batizado, recebeu o nome de Martim Afonso Tibiriçá e cujos restos mortais acham-se na cripta da Catedral da Sé em São Paulo.

Tibiriçá é a contração de t-yby-reçá e tyby-recaba que, em tupi, significa "o vigia da terra", "o segurança da terra" (Fonte: Teodoro Sampaio, "O Tupi na Geografia Nacional", São Paulo, Cia Editora Nacional, 1987).

O casal João Ramalho/Isabel Dias (Potira) teve os filhos André Ramalho, Joana Ramalho, Margarida Ramalho, Victorino Ramalho, Antonio de Macedo, Marcos Ramalho, Jordão Ramalho, Antonio Quaresma, Catarina Ramalho, Beatriz Ramalho.

O cacique Tibiriçá teve outra filha, Terebé, que batizada, recebeu o nome de Maria de Grã, em homenagem ao Pe. Luiz de Grã, 1º superior do Colégio dos Jesuítas em São Paulo. Terebé casou-se com o português Pedro Dias, chegado ao Brasil como irmão leigo da Companhia de Jesus, desligado dos votos por deliberação de S. Inácio de Loyola. Pedro Dias participou da fundação do Colégio de São Paulo (1554). O casal Pedro Dias/Terebé teve a filha Clara Parente.

Atribui-se a João Ramalho uma pujante polêmica com o prior geral da Companhia de Jesus, pelas críticas deste prelado à prática de "necrofagia" (canibalismo) entre algumas nações indígenas. Na verdade, um libelo entre portugueses, como João Ramalho, fiéis à Ordem de Cristo e à Coroa Portuguesa antagônicos aos jesuítas que tinham, segundo alguns historiadores, pretensões de criar um grande império jesuítico-hispânico na América. As contundentes palavras de João Ramalho são uma insurgência contra os pavorosos crimes da Inquisição que lavravam então principalmente em Portugal e Espanha.

"Não fique Vossa Reverendíssima horrorizado que eu sei dos horrores cometidos lá no Reino. Quando numa guerra, os tupiniquins aprisionam um tapuia (...) não tratam mal o prisioneiro. Até, antes pelo contrário, dão-lhe de comer e beber, tudo quanto queira...E quando amanhece o dia marcado para o sacrifício (...) então o carrasco, empunhando o tacape, acerta-lhe uma pancada e assim é morto o prisioneiro. Só depois começam a assar-lhe o corpo (...) E se ele foi homem de coragem, mais disputada é sua carne, pois todos pensam partilhar assim de tal coragem.

Padre, não me comove vossa repugnância, pois eu sei que no Reino, agora a voga é, em nome de Deus, prender judeus e cristãos novos e tortura-los até lhes partirem os ossos todos e leva-los ainda em vida à fogueira, o que é grande maldade que não se usa por aqui. Assam-nos em vida e depois nem sequer os comem" (Apud Henrique Arthur de Souza - "Entrelaços de Famílias - História e Genealogia", Brasília, Ed. Autor, 2003).

Exemplo análogo ocorreria na América do Norte. Enquanto os índios pele-vermelhas e iroqueses, tidos como selvagens, mantinham uma sociedade igualitária, federativa (várias tribos conglomeradas como os mohawks, sioux, oneidas, senecas, cayugas, onondagas) com seus valores e convenções consensuais, os "civilizados" conquistadores europeus queimavam "hereges" nas fogueiras em nome de Deus, trucidavam tribos, viviam sob o governo brutal de monarquias absolutistas e feudais, com servos chicoteados, crianças e adultos famintos, banqueiros e nobres ricos esbanjando o que era cruelmente arrancado do povo...

MÉDICOS MINEIROS ESTIVERAM NOS CAMPOS DE BATALHA DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

por Arnaldo Viana

Missão médica brasileira enviada para a França durante o conflito contou com profissionais da Faculdade de Medicina (hoje da UFMG), que se destacaram em procedimentos cirúrgicos.
(Matéria publicada em 02/08/2014 pelo jornal ESTADO DE MINAS)

FOTO: CENTRO DE MEMÓRIA DE MEDICINA DE MG/DIVULGAÇÃO



Eduardo Borges da Costa, chefe da missão, à esquerda do governador Delfim Moreira (de terno). Atrás, José Camilo de Castro Silva e, à direita, Luiz Adelmo Lodi.

Há exatos 100 anos, tropas de grandes potências do planeta, denominadas de forças aliadas, enfrentavam outra aliança, formada por Áustria-Hungria e Alemanha, no conflito conhecido como Primeira Guerra Mundial. Mais de 9 milhões de pessoas morreram em combate e tantos outros milhões sobreviveram aos ferimentos graças ao empenho dos aliados que, além de soldados armados, enviaram equipes médicas para trabalhar atrás das linhas de fogo.

Nas comemorações do centenário da vitória aliada sobre a Alemanha e a Áustria-Hungria, festeja-se também a marcante presença da missão médica brasileira nos últimos meses do conflito, da qual fazia parte um grupo de profissionais enviado pela então Faculdade de Medicina de Minas Gerais (hoje Faculdade de Medicina da UFMG). Os mineiros, sob o comando do doutor Eduardo Borges da Costa, se destacaram, principalmente em procedimentos cirúrgicos. E as façanhas desses homens estão bem guardadas e documentadas.

Antes da eclosão da Primeira Guerra Mundial, conflito de origens não muito claras, que envolviam questões econômicas, culturais e territoriais, a Itália era aliada da Alemanha e do Império Austro-Húngaro. Quando a luta começou, os italianos pularam fora e se juntaram às forças aliadas. O Brasil tentou não se envolver, respaldado pela Convenção de Haia, e declarou neutralidade. O governo não se mexeu nem mesmo ao ver o navio mercante Paraná atacado por submarino alemão, com morte de três brasileiros.

O povo, indignado, foi às ruas. As manifestações, tais quais às de junho de 2013, começaram pacíficas e depois se tornaram violentas, com depredação de propriedade de alemães no país. Houve até uma greve geral. A confusão aumentou quando grupos políticos contrários à entrada do país na guerra também começaram a se manifestar publicamente. Venceram os que queriam ir à luta e, em 11 de abril de 1917, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o bloco germânico e, em 26 de outubro do mesmo ano, assinou a declaração de guerra.

Houve outros ataques a navios brasileiros e, em apoio às forças aliadas, o país ficou responsável pelo patrulhamento do Atlântico sul. E, em vez de enviar tropa e armas para reforçar os 70 milhões de soldados que combatiam na Europa, decidiu mandar a campo missões médicas para curar os feridos em batalha. E no fim de 1917 embarcou o primeiro grupo de 96 profissionais, incluindo farmacêuticos, para hospitais da França, país que sofria assédio violento das tropas do bloco germânico.

Em 1918, começou a ser formada a segunda missão. A Faculdade de Medicina de Minas Gerais se omitiu e em 2 de julho decidiu

FOTO: CENTRO DE MEMÓRIA DE MEDICINA DE MG/DIVULGAÇÃO



O grupo passeia por área de Paris devastada pela guerra em um dos raros momentos permitidos pelo trabalho no improvisado Hôpital Brésilien

formar uma equipe, capitaneada pelo doutor Eduardo Borges da Costa, para se juntar ao grupo de 92 profissionais, comandados por Nabuco Gouveia, que embarcou em navio no Rio de Janeiro em 18 de agosto de 1918 e, em 24 de setembro, chegou ao porto de Marselha.

A viagem de 36 dias não foi tranquila. A missão deixou o Brasil assolado pela gripe espanhola, que matou, entre outras pessoas, o presidente Rodrigues Alves, pouco tempo depois de tomar posse. O vírus estava espalhado por quase todo o mundo e, evidentemente, também embarcou no navio e estava presente na França. E, além de tratar dos feridos de guerra, os médicos brasileiros tiveram de cuidar de enfermos vítimas da epidemia.

ORGULHO ACADÊMICO

Nomes, fotos e parte do equipamento usado pelos médicos mineiros na França fazem parte do acervo do Centro de Memória da Medicina de Minas Gerais, unidade da Faculdade de Medicina de Minas Gerais. São mais que um troféu. São motivo de orgulho de toda a comunidade médica. Além de participar de um momento histórico do país, a façanha do grupo chefiado por Eduardo Borges

da Costa foi importante instrumento de afirmação para a faculdade.

No início do século passado, só havia três escolas da medicina no país: no Rio de Janeiro, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Quando um grupo de 13 profissionais, entre os quais Eduardo Borges da Costa e Alfredo Balena, decidiu fundar uma faculdade em Minas, houve forte reação contrária dos cariocas. Chegaram a publicar um artigo no jornal A notícia, do Rio, sob o título "Basta de doutores". Isso instigou ainda mais os mineiros e em março de 1911, nascia a Faculdade de Medicina de Minas Gerais.

Neste ano do centenário da Primeira Guerra Mundial, o tema das conversas na instigante sala de recepção do Centro de Memória, repleta de retratos, registros, quadros referentes à história acadêmica da faculdade, não poderia ser outro a não ser a aventura da missão médica mineira. Invariavelmente à mesa, o professor de clínicas médicas e diretor da unidade, João Amílcar Salgado, que, orgulhoso, conta: "Os europeus diziam que nossos médicos operavam com uma velocidade e elegância que eles não conheciam".

Para Ajax Pinto Ferreira, professor de cirurgia e coordenador do centro, a missão médica mineira reafirmou um compromisso da

faculdade de estar sempre presente nos momentos em que o país precise de serviços médicos. O angiologista Márcio de Castro Silva é um dos entusiastas da divulgação do trabalho dos mineiros na guerra. E se emociona em lembrar que o tio, José Camilo de Castro

Silva, integrou o grupo.

Os profissionais brasileiros se espalharam por províncias francesas durante a guerra. Parte dos mineiros ficou em Paris, no hospital improvisado em um convento jesuíta. Borges da Costa atuou como braço direito de Nabuco Gouveia. A guerra terminou em 11 de novembro de 1918, mas a missão médica brasileira só foi oficialmente desfeita em fevereiro de 1919. Alguns profissionais ficaram por mais tempo na França e outros foram para outros países, inclusive da África.

MÉDICOS COM PATENTE MILITAR

Os integrantes da missão levaram para a França apenas seus jalecos e instrumentos de trabalho. Mesmo assim, trabalharam fardados e com patente de oficial. Antes do embarque do grupo para a França, a faculdade deliberou em reunião de conselho, com ata específica, fazer uma solenidade de despedida, na qual foi servido um lanche, regado a champanhe. A missão mineira foi formada por Eduardo Borges da Costa (tenente-coronel), Renato Machado (capitão), Abel Tavares de Lacerda (capitão), José Camilo de Castro Silva (tenente), Salomão de Vasconcellos (1º tenente), Luiz Adelmo Lodi (2º tenente) e Manoel Taurino do Carmo (2º tenente).

FOTO: EDÉSIO FERREIRA/EM/DA PRESS



Homenagem aos mineiros que foram à guerra

FOTO: EDÉSIO FERREIRA/EM/DA PRESS



Mural no Centro de Memória traz mais detalhes da participação dos mineiros na primeira grande guerra

LINHA DO TEMPO

1914

Em 28 de julho começa a Primeira Guerra Mundial, com a invasão da Sérvia pelo Império Austro-Húngaro, que formava aliança com Alemanha

1914

Em 4 de agosto, o Brasil declara neutralidade diante do conflito, respaldado pela Convenção de Haia

1917

O vapor brasileiro Paraná, carregado de café, é afundado por submarino alemão na costa francesa

1917

Em 11 de abril, depois de pressões populares e políticas, o Brasil rompe relações diplomáticas com o bloco germânico e tem outros navios atacados

1917

Em 26 de outubro, o Brasil declara guerra à aliança Alemanha e Império Austro-Húngaro

1918

Em 2 de julho, a Faculdade de Medicina de BH (hoje Escola de Medicina da UFMG) decide se juntar à missão médica brasileira que iria prestar serviço às forças aliadas na Europa

1918

Em 18 de agosto, 96 médicos, entre os quais os mineiros, embarcam rumo a França para se juntar aos 96 profissionais de saúde brasileiros que desde o ano anterior já estavam na Europa. Em 11 de novembro a guerra acabou.

AGRADECIMENTO

FRANCISCO OLIVEIRA, pesquisador e autor barbacenense, residindo atualmente em Belo Horizonte, tendo lido o artigo "NÓS TAMBÉM TEMOS HERÓIS", por Maria Tereza Mendes, publicado pelo Blog de São João del-Rei, escreveu-me o seguinte e-mail:

"Xará, muito interessante o artigo sobre a participação de equipe médica brasileira na 1ª guerra. Estou enviando uma reportagem do ESTADO DE MINAS sobre a participação de médicos mineiros naquela equipe. Um grande abraço, Francisco."

Foi uma surpresa para mim constatar que, entre os heróis brasileiros de 1918, havia médicos mineiros na Missão Médica Militar Brasileira participando daquela ajuda do Brasil para o esforço de guerra voltada à causa humanitária.

Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/08/02/interna_gerais,554454/medicos-mineiros-estiveram-nos-campos-de-batalha-da-primeira-guerra-mundial.shtml

Nossos agradecimentos apo Prof. Francisco José dos Santos Braga pelo repasse da presente matéria.

PATRICIO LOPES DE SOUZA O HOMEM DA FAZENDA ‘SÃO JOSÉ DA PONTE PENSA’

O que levaria um jovem de nosso meio, aí pelos seus 17, 18 anos, em inícios do século XIX, a buscar os sertões, avançando além fronteiras mineiras, adentrando territórios inóspitos das Províncias de São Paulo e Mato Grosso? Com que intenção, objetivos partira? Com que recursos? Em companhia de quem?⁽¹⁾

A saga de Patrício Lopes de Souza, são-tiaguense que desbravaria o noroeste paulista, então reduto de índios, tomando posse de 207 mil alqueires de terras, ainda hoje, para nós, é eivada de lendas, um território do imaginário. Para aqui, Patrício retornaria, em fins do século XIX, onde viria a falecer em 25/09/1885, afirmando ser dono de inestimáveis bens. Sua história tornar-se-ia, todavia, melhor conhecida, entre nós, já na 1ª metade do século XX, como o “homem da Fazenda São José da Ponte Pensa”⁽²⁾. Alguém que possuía fabuloso patrimônio em terras paulistas e sul-matogrossenses, e por ele deixadas em testamento para sua irmã Maria Teresa de Sousa, usurpadas, porém, por poderosas, ousadas quadrilhas, aboletadas e com fortes tentáculos no Poder Público paulista, tanto no executivo quanto no legislativo e judiciário.

Patrício viveu cerca de meio século em Porto Taboado (atual Rubineia). Suas terras, cerca de 501.000 há, estendiam-se além da “ponta do nariz” de Minas Gerais, já nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul (entre os rios Paranaíba, Paraná e Grande), situando-se nos espigões das atuais comarcas e cidades de Santa Fé do Sul, Três Lagoas, Jales, Pontalinda, Vitória Brasil, Populina, Ilha Solteira, Santana da Ponte Pensa, Santa Albertina, Rubinéia, Santa Clara d’Oeste, Santa Rita d’Oeste, Três Fronteiras, Santa Salete, Palmeiras do Oeste etc.

Sua memória, todavia, foi destruída e sepultada pelos grileiros e espoliadores de seu patrimônio. Benfeitorias postas abaixo, familiares e posseiros expulsos ou mortos por jagunços, para tal contratados pelos grileiros. Toda a documentação relativa a Patrício Lopes, inclusive pessoal, foi apagada. Mesmo após a sua morte (1885), a quadrilha de poderosos grileiros, formada por falsários paulistas e cariocas – que, para dar “legitimidade” a seus crimes criaram a firma Glória & Furquim – sendo seus cabeças Bernardino Almeida, João Odorico da Cunha Glória e Mário Furquim – eram extraídas certidões e documentos em cartórios, de “venda” de suas terras. Todo o vergonhoso proces-

so de apossamento das propriedades de Patrício Lopes, com toda a sua audácia, abusos e fraudes, contou com o apoio dos maiores advogados paulistas da época, dentre Júlio Prestes (1882-1946), que foi governador de São Paulo de 1927 a 1930 e presidente eleito do Brasil em 1930 (não chegando a tomar posse, vítima do golpe político-militar denominado “Revolução de 1930”) e de Olímpio Rodrigues Pimentel, ambos contratados, a peso de ouro, e sócios dos quadrilheiros. Assim, as terras pertencentes a Patrício Lopes – área de 5.000 km², hoje constituindo cerca de 25 municípios – foram “legitimadas” e rapidamente vendidas pelos grileiros, com a benevolência das autoridades paulistas, em vários de seus níveis. Uma verdadeira farra oficializada!

Os herdeiros de Patrício Lopes, dentre eles José Cândido da Silva e João Nicolau de Resende, moveram rumorosa ação de reivindicação de posse na Comarca de Votuporanga (SP) contra os grileiros, tendo, porém, a justiça paulista considerada inválida e arquivada a ação (1943). Foram Patrício Lopes e seus herdeiros vítimas, não só de quadrilhas organizadas, mas também da viciada administração pública paulista, e extensivamente brasileira, no

NA PONTA DO NARIZ



âmbito de todos os seus poderes.

Começaram a aparecer, com frequência, em nossa pequena cidade (São Tiago), aí pelas décadas de 1920, 1930, homens de grava, dizendo-se advogados, à procura dos herdeiros de Patrício Lopes, deles coletando procurações, documentos, valores, informando-os de que eram legatários, herdeiros de valiosíssima fortuna, em litígio. O fato geraria largas expectativas, promessas, esperanças que jamais se realizaram, passando à história local como uma “enganação”, um “golpe”, como tantos outros perpetrados contra nosso povo. De qualquer forma, a figura de Patrício Lopes é pouco conhecida e valorizada em nosso meio, incluindo estudos e teses acadêmicas, ao contrário do que ocorre em São Paulo e Mato Grosso do Sul, em especial na região por ele desbravada e que hoje forma dezenas de prósperos municípios.⁽³⁾

Sabe-se que, em 1830, Patrício Lopes requereu a posse de 207 mil alqueires (cerca de 510.000 há) em terras do Noroeste paulista e partes do hoje Mato Grosso do Sul, divisas com Minas Gerais. Teria Patrício, já à época, segundo familiares, seus 26, 27 anos. Em 1860, Patrício deixou Francisco Ribeiro da Silva como administrador das terras, firmando parceria em 1876 com o mesmo e seu irmão João Ribeiro da Silva para plantio e cultivo de lavouras, além da criação de gado. Contava ainda com a ajuda de familiares, como seu irmão Joaquim Gaudêncio de Souza, para tal, também remanejado de São Tiago⁽⁴⁾.

A Fazenda São José da Ponte Pensa estendia-se por uma área de 207.000 alqueires, encravados no extremo noroeste do Estado de São Paulo, divisando com Minas e o atual Estado do Mato Grosso do Sul. Era território habitado por índios cainguás (caingangues) e caiapós. Limitava-se, através de fronteiras naturais, abarcando a confluência dos rios Paranaíba e Grande, seguindo (a área) as margens à esquerda do Rio Paraná, rumo ao sul, até a foz do Rio São José dos Dourados. Daí em direção a leste, indo até a desembocadura do Ribeirão Marimbondo, para retornar ao norte, ladeando as encostas do espigão que divide as microbacias formadas pelos córregos Araras e Santa Rita, estendendo seu perímetro até o Rio Grande.

Esta fazenda era atravessada por uma estrada de nome Boiadeira, ligando as áreas de criação de gado do Estado do Mato Grosso às de engorda no Estado de São Paulo, mais especificamente Barretos, tradicional centro de abate de gado bovino.

A secular oralidade local, em particular familiares, mencionam Patrício Lopes de Sousa como arrojado, destemido em suas atitudes e atividades, um desbravador indômito⁽⁵⁾. Dotado de considerável visão empresarial, pois suas propriedades dispunham de benfeitorias, criação de gado, lavouras, escravos, contando, ademais, com a ajuda de familiares e meeiros, oriundos de Minas.

NOTAS

(1) Segundo o sr. Mário Luiz Ribeiro (“Mario do Zé Quiquil”), 85 anos, agricultor em nosso meio, no Ouro Fino, pelo que ouvira de seus pais e avós, Patrício saíra de São Tiago, com seus 16 a 17 anos, rumo ao “sertão” “com uma trouxa nas costas” em companhia de José Barcelos. Informados de expedições colonizadoras incentivadas pelo Governo Imperial para desbravar e ocupar terras no Noroeste paulista, nelas se integraram. José Barcelos teria morrido, algum tempo depois, em conflito com índios jês-coroados que dominavam a região ou ainda bandoleiros. Patrício, mesmo jovem, era homem resoluto, inteligente, estrategista, arguto, logo tornou-se líder incontestado da expedição. De temperamento açodado, destemido, ousado, irrequieto. Desassombrado, intrépido em seus atos. “Homem que não recuava nem se deixava acuar” informa ainda Mário Luiz Ribeiro, a partir do que sempre ouviu, ao longo do tempo, sobre o famoso parente.

Outra versão local – ratificada por estudiosos, em especial paulistas – afirma que o objetivo de Patrício Lopes era a criação de gado, tendo, para tal, se apossado de três grandes glebas em Mato Grosso, a que ele denominou Sobradinho, Sucuriu e Correntes e outra maior

no Noroeste paulista chamada “São José da Ponte Pensa”. A família de Patrício era de posses, ao que sabe, podendo, perfeitamente, planejar investimentos no Centro-Oeste do País, para onde, à época, com o declínio da mineração, migraram milhares de mineiros.

Cabe registrar que no Registro de Terras (1855-1856) Patrício Lopes de Sousa aparece como proprietário de inúmeras glebas no termo de São Tiago, o que denota ser pessoa realmente de posses.

(2) O sr. Pedro da Silva Santos (“Pedro Coelho”), falecido aos 97 anos em 2015, de prodigiosa memória e perspicaz conhecedor da história local, dizia, de igual forma, que Patrício Lopes de Sousa – “Patrício Colodino”, assim o denominava – saíra muito jovem de São Tiago, retornando daí a tempos, dizendo ser proprietário de descomunal fortuna, a Fazenda “São José da Ponte Pensa”. Que, embora considerado rico, Patrício Lopes, ao final da vida, após afastar-se de seus empreendimentos em São Paulo e Mato Grosso, viveria de forma modesta, senão pobremente, “na inófia”, em São Tiago, onde veio a falecer em setembro de 1885.

Como não se localizou, até o momento, o batistério de Patrício, deduz-se que ele tenha nascido nos primeiros anos de início do século XIX. Era de família de posses e realce social, pois uma de suas tias, D^a Floriana Eufrásia da Silva era proprietária das Fazendas Pomboal e São Miguel em Santa Rita do Rio Abaixo (Ritópolis). Conforme consta em seu testamento, aberto em 1846, era ela irmã de José de Souza (de Oliveira) casado com Joaquina Maria, casal com 2 filhas Ana e Maria, além de filhos, dentre eles Patrício (ver nota 4) Em São Tiago, Patrício Lopes era possuidor de várias propriedades rurais, como se deduz do registro de terras de 1855-1856.

(3) O jornalista Gustavo Werneck, do “Estado de Minas”, que realizou substancial matéria sobre Patrício Lopes de Sousa (edição de 08/06/2008) pesquisando seus registros e feitos em São Paulo e Mato Grosso do Sul, nos informou: - São Tiago deveria erguer uma estátua em honra a tão ilustre filho. Vocês deveriam igualmente elaborar um romance ou a história romaneada de Patrício, personalidade, sobremaneira, estimada e historicamente enaltecida no Noroeste Paulista”. Sabemos e reconhecemos quanto à imperiosa necessidade de reescrevermos e tornarmos conhecida a figura de Patrício Lopes para as nossas gerações, mas convenhamos, com as autoridades que temos, com a mentalidade social e empresarial de não valorização da memória e da história, o que fazer ?!

(4) Joaquim Gaudêncio de Souza, nascido por volta de 1807, era filho de José de Souza Oliveira e D^a Joaquina Maria do Espírito Santo. Casou aos 24/01/1838, aos 30 anos, na capela de São Tiago com D^a Bárbara Cândida do Amor Divino, ela com 25 anos, nascida em 1811, filha do Ten. Hipólito José de Faria e D^a Maria Cândida de Santana, sendo testemunhas Flávio José da Silva e Antonio Ribeiro de Carvalho (Fonte: Projeto Compartilhar – João Gonçalves de Mello).

No Censo de São Tiago - 1831, José de Souza (Oliveira) aparece como chefe do fogo 14, quarto 5, com 56 anos, profissão fazendeiro. Demais dependentes/moradores do fogo: Joaquina Maria, cônjuge, com 58 anos; José de Souza, solteiro, 30 anos; Joaquim Gaudêncio, solteiro, negociante, 22 anos; Maria, solteira, fiandeira, 18 anos, além de 3 escravos. O filho Patrício não consta do censo, pois, nessa época era já morador nos “sertões” paulistas e matogrossenses.

(5) “Patrício Lopes de Souza (...) era sobretudo um “fazedor de posses”, como se costumava dizer, um latifundiário, autêntico representante da velha aristocracia mineira (...) Mas, com ele, veio também o pequeno agricultor e outros trabalhadores nacionais, responsáveis por ocupar terras ociosas e fazer-lhe a guarda ou então ocupar sítios volantes” (Beatriz Medeiros de Melo – “História e memória na contramão da expansão canavieira: um estudo das formas de resistência dos sitianteos do extremo Nordeste Paulista” – tese de mestrado – Universidade São Carlos, 2013).

Sobre Patrício Lopes de Souza ver matérias em nosso boletim: nº VII - abril 2008 e nº X - julho 2008.

No testamento (1846) de D. Floriana Eufrásia da Silva, ela afirma “Deixo a Ana e Maria, minhas sobrinhas, filhas de meu irmão, José de Souza, cinquenta mil reis...”

Foram testemunhas do processo de inventário, dentre outros, José de Souza de Oliveira, descrito nos autos como “branco viúvo, natural do Distrito de Santa Rita, da freguesia da Lage, morador no Distrito de São Tiago, freguesia de Bom Sucesso deste termo, vive de sua lavoura... Disse ser irmão da falecida Dona Floriana Eufrásia da Silva, tio dos justificantes”.

(1846 – Cx. 396 – MRSJDR)

A INCORPORAÇÃO DA FAZENDA PONTE PENSA PELA FRENTE DE EXPANSÃO E PELA FRENTE PIONEIRA

A ocupação do Oeste paulista por não índios somente aconteceu, com os precursores ou a frente de expansão, no decorrer do século XIX, por meio do deslocamento de mineiros provenientes das áreas decadentes da mineração. A procura por terras mais férteis para a prática da agricultura, bem como a expansão das atividades de criação de gado, deslocaram homens provenientes das Minas Gerais para São Paulo. A produção de café também atraiu população para as regiões velhas de produção de café ou para aquelas em expansão. Vários autores¹² escreveram sobre a posse estabelecida pelo mineiro José Teodoro de Sousa, ao longo do vale do Rio do Peixe, alcançando o extremo Oeste de São Paulo, como deslocamento de população das Gerais.

Da mesma forma, mineiros avançaram pelos planaltos ocidentais paulistas até o extremo Noroeste Paulista, onde está localizado atualmente o município de Jales. Os precursores mineiros seguiram pelos rios Grande e Paraná, vindos do Triângulo Mineiro ou de Paranaíba, cidade localizada, atualmente, em Mato Grosso do Sul. Esta cidade servia de comunicação entre Mato Grosso e Minas Gerais, interligando-se por uma estrada até Uberlândia e Uberaba, passando pela Capela de Santa Rosa (atualmente Iturama) e por Frutal. A estrada era utilizada como rota no período da mineração, também para o transporte de gado e de outras mercadorias.

No Pontal do Rio Grande, do lado mineiro, onde hoje se situa o município de Carneirinho, ocorreu a formação de posses por mineiros vindos de Frutal e de Itapagipe, como Antônio José Rodrigues e Ana Maria da Silva Queiroz, por volta de 1852. Esses mineiros já eram possuidores de terras em suas áreas de origem, que, muitas vezes, pelo crescimento da família, expandiram suas posses para terras mais longínquas.

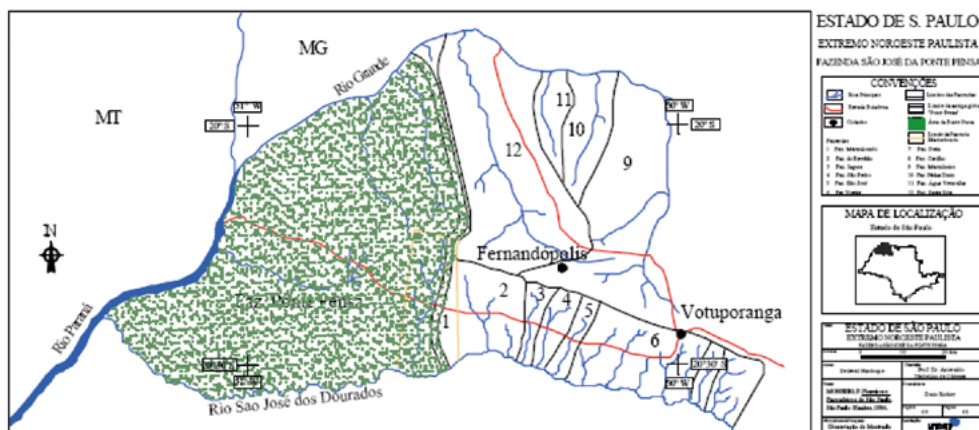
Na Fazenda Ponte Pensa, a ocupação pela frente de expansão se efetuou nas primeiras décadas do século XIX, com o mineiro conhecido por Patrício Lopes de Souza, oriundo da Vila de São Tiago, na comarca de Bom Sucesso. Em 1830, Patrício Lopes de Souza fixou residência em Paranaíba e abriu posses constituindo quatro fazendas: do lado de Mato Grosso (atual Leste de Mato Grosso do Sul), Sobradinho, Sucuriú e Correntes e, do lado paulista, a Fazenda São José da Ponte Pensa.

Em ação na Justiça, impetrada por herdeiros de Patrício Lopes de Souza, em 23 de setembro de 1943, na Comarca de Votuporanga, tentou-se legitimar a posse da Ponte Pensa, afirmando que a mesma ocorreu antes de 1850, quando entrou em vigor a Lei de Terras e posterior à extinção do regime de sesmarias em 1822. A legitimação interessava aos possíveis herdeiros, tentando recuperá-las, pois as terras haviam sido griladas e vendidas.

Mas, na Ponte Pensa já havia área ocupada antes mesmo da chegada de Patrício, como consta da Ação na Justiça impetrada pelos supostos herdeiros de Patrício Lopes de Souza. Na ação, há referências sobre a presença de posseiros anteriores

a Patrício, que ali praticavam agricultura e possuíam moradias. Mesmo com o mineiro, evidenciaram-se conflitos pela posse da terra na Ponte Pensa, quando Patrício expulsou “uns homens” moradores da fazenda, como afirmam os documentos.

A gleba da Fazenda Ponte Pensa continha 207.000 alqueires e, devido às dimensões, as dificuldades eram enormes para Patrício concretizar a ocupação efetiva por meio de atividades econômicas e, também, devido à pouca disponibilidade de mão de obra ou até mesmo de capitais. Outro fator era a precariedade das vias de comunicação, as distâncias das regiões de ocupação mais antiga, além da extensa vegetação fechada. Mas havia a necessidade de se efetivar a posse e o meio encontrado foi o estabelecimento de contratos de parceria ou cartas de agregação entre o mineiro Patrício e outros, como aqueles contidos



nos autos da Ação mencionada anteriormente: “[...] em 1860 com Patrício Ribeiro da Silva; em 1864 com Joaquim Anastácio de Souza; em 1876, com Francisco R. da Silva e Souza e João R. da Silva: para exploração da metade da Fazenda Ponte Pensa [...]”. Após firmar vários contratos, deixando na Ponte Pensa a ocupação com posse, Patrício Lopes de Souza retornou para a Vila de São Tiago, onde morreu em 1885.

Portanto, com os mineiros, o extremo Noroeste de São Paulo conheceu os precursores (MONBEIG, 1984) ou a frente de expansão (MARTINS, 1975). Esses sujeitos não tinham a noção jurídica da propriedade da terra, possibilitada pela Lei de Terras de 1850 e suas regulamentares e, por isso, suas posses foram alvo dos avanços da frente pioneira, constituída por homens de negócios de outros centros localizados nas regiões mais antigas de povoamento e não pouparam esforços no sentido de falsificarem documentos ou de usarem todas as formas de violência na expulsão dos antigos moradores da Ponte Pensa. Os sucessores de Patrício Lopes de Sousa e outros pequenos posseiros da gleba sofreram com as tocaias, com a expulsão e com a morte. Muitos foram incorporados na privatização destas terras, com o firmamento de contratos de agregação com aqueles tornados, então, os “donos” da Ponte Pensa, os grileiros.

Fonte: *Apropriação Capitalista da Terra e a Desconcentração Fundiária em Jales-SP*
Sedeval Nardoque
Editora JFGD
2014

Tradições Populares das Vertentes

Ulisses Passarelli

O OURO DAS ALMAS

O último post abordou as tradições acerca das almas penadas. Aproveitando seu clima, transcrevo um causo que recolhi em 05/01/1994, do saudoso Sr. José Camilo da Silva, natural da zona rural de Resende Costa (Fazenda do Palmital), mas radicado a muitos anos em São João del-Rei, no Bairro São Dimas. Era jongueiro, capitão de congado e folião. É a sua versão que se segue. Porém, coligi outra por assim dizer idêntica, de outro mestre da cultura popular, Sr. Júlio Prudente de Oliveira, dois anos depois. Era natural de Santa Rita do Ibitipoca mas morava a muito tempo em São João del-Rei, no Maquiné (*).

Um viajante andando por terras distantes pediu pousada numa fazenda. Indicaram-lhe que o único lugar disponível era uma velha casa com fama de mal assombrada. Como não tinha medo de nada foi para lá sem exitar.

Acomodou-se num canto e lá pelas tantas ouviu no casarão uma voz: "eu caio!" A voz vinha da parte de cima da casa. O homem respondeu: "cai!" E caiu um braço. Ele nem ligou.

Novamente ouviu a voz: "Eu caio!" e ele respondeu: "pois caia" e caiu outro braço. O viajante não se apavorou com aquilo.

Na terceira vez que a voz apareceu ele ficou nervoso: "cai logo tudo de uma vez e me dá sossego!" Então desabou do forro um monte ossos fazendo um barulho medonho. Os ossos foram se juntando e formaram um esqueleto.

O esqueleto andou em direção ao homem corajoso e conversou com ele, perguntando o que ele fazia ali, alegando que aquela casa era dele. O homem explicou que só queria descansar uma noite. O esqueleto impôs uma condição para o viajante permanecer ali: deveria ir até o quintal com ele e desenterrar um barrilzinho. O homem aceitou a condição.

Os dois foram andando emparelhados para o fundo da horta e junto às bananeiras o homem cavou no lugar que o esqueleto mostrou e ali encontrou um pipote cheio de ouro.

O esqueleto determinou que o homem doasse parte da quantia para as obras da ordem de Santo Antônio e com outra parte mandasse rezar tantas missas em nome de algumas almas, das quais a própria caveira era uma delas, aparecida nesse aspecto tenebroso. O que sobrasse do ouro podia ficar para ele.

Assim feito, o esqueleto e as outras almas que assombravam aquela velha fazenda puderam descansar em paz e não apareceram mais.

Notas e Créditos

*Além destas duas versões, Antônio Gaio Sobrinho também sugere a existência deste causo em Conceição da Barra de Minas, senão vejamos: "(...) na Fazenda da Fortaleza, onde ao desventurado viajante que nela passasse a noite, por certo, lhe aconteceria os piores sobressaltos, mistérios do além, que não lhe deixariam dormir. Sucediã-lhe, noite adentro, lancinantes gemidos que repetiam pavorosos gritos dizendo: "eu caio! eu caio!" E se o infeliz respondesse: "pode cair", despencavam do teto, a cada vez, pernas, cabeças, braços... um horror!" (etc.) (Memórias Sentimentais de Conceição da Barra de Minas. São João del-Rei: UFSJ, 2014. 230p. il. p.155).

MUNHO ASSOMBRADO: O FOLCLORE DOS MOINHOS DE FUBÁ

Fubá é uma farinha crua de milho. Um moinho artesanal montado no interior de uma pequena casa é o responsável por moer os grãos de milho, graças à mó, uma grande pedra circular giratória. A força motriz é gerada pela água e daí o povo insistentemente chamar o moinho de fubá de "munho d'água". É matéria-prima da cozinha tradicional mineira para produção de mingau, maneco-sem-jaleco, angu, pastel de angu, bolos, broas, biscoitos. Fubá é comida muito abençoada, dizem sempre na zona rural.

Seu mecanismo é muito rude e ainda assim bastante engenhoso. A mó é presa a um eixo vertical, que a atravessa ao centro numa perfuração e se prende a ela por uma trava de ferro (segurelha). No outro extremo do eixo está preso a roda d'água, que transmite-lhe o movimento. Acima da pedra está uma caixa de madeira que contém o milho in natura (moega) e abaixo, outra caixa para colher o fubá (caixão). Uma haste vibratória em madeira, presa à moega age como uma válvula: a vibração do giro da pedra passa por ela e trepada a moega, que por uma canaleta deixa escorrer aos poucos os grãos ao centro da mó, caindo em sua abertura e sendo

por ela triturados.

"Arriei o meu cavalo,
fui no munho buscar fubá,
cheguei na porta do munho
balancei pra lá, pra cá.

cheguei na porta do munho
balancei pra lá, pra cá;
na moega não tem milho,
no caixão não tem fubá..."
(Calango, Barbacena/MG, fev./1996)

A construção e a regulagem do moinho é uma ciência para poucos carapinas. Há os mestres em construí-los, que sabem escolher as madeiras adequadas, a forma de talha-las corretamente, fazer os encaixes. Nas roças há também artesãos que sabem escolher e picar a pedra corretamente para produzir a mó _ pedra circular usada para moer _ um trabalho tão meticuloso quanto difícil, lasca a lasca, maneando o "picão" (ferramenta de duas pontas), perfeitamente equilibrado o peso de todos os lados e definido o centro. Em São João del-Rei, no povoado do Caxambu havia uma família especialista nesta arte. Há ainda o trabalho braçal de abrir um valo que desvie parte da água de um córrego até a roda motriz, com inclinação tal que gere pressão suficiente para movê-la com velocidade e isto exige um justo cálculo de natureza prática. A água após o moinho corre de volta ao córrego sem poluição alguma. É um mecanismo não agressivo ao ambiente.

O moinho tem seu folclore. Vez por outra, quando a demanda entre congadeiros esquenta porque uma guarda de moçambique, um terno de catupé, um corte de vilão, um batalhão de congo, uma banda de marujos ou seja qual for a guarda está demorando muito no pé do mastro, sem dar lugar a outra que também quer chegar para a louvação; quando o capitão avista o outro junto ao mastro atravessando a bengala ou o tamborim de um lado a outro ou jogando algo por ali, logo cismado e alertando canta:

"_ O tatu tá no munho...
_ tá moendo fubá!"

O canto é dividido: o capitão canta o primeiro verso e o coro repete o segundo, repetindo-se indefinidamente. Na gíria congadeira "fubá" é sinônimo ou símbolo de feitiço, mandinga, magia. "Tatu" é alcunha pejorativa aplicada a um capitão rival. Assim já ouvimos em vários congados de São João del-Rei.

Muitas vezes ouvi dizer nas roças, que o munho é assombrado. Não se deve entrar nele de noite, de jeito nenhum. Meu avô, Aluísio dos Santos, dizia-me que é a morada do "pemba" (demônio).

Contou-me, que, certa vez, uma mulher foi à noite ao munho buscar um punhado de fubá para a janta, que o de dentro de casa tinha acabado. Com uma lamparina na mão, com sua chama tênue, bruxuleante, abriu o pequeno trinco e batendo o pé na porta a fez abrir. Entrou e sentiu o corpo arrepiar. Teve muito medo ao ouvir um estranho barulho. Chegou a rústica lamparina para ver o que era e qual não foi sua terrível surpresa ao ver um diabinho anão, dando cabeçadas num saco de fubá que estava recostado num canto, já todo furado por causa dos chifrinhos de garrote do capetinha. A infeliz correu desesperada, quase em estado de choque, chorando e gritando e nunca mais voltou a um moinho.

Outro grande informante aqui de São João del-Rei, sr. Luís Santana, falou-me de um sujeito que numa fazenda, indo "fora de hora" (tarde da noite) no munho, ao abrir a porta e botar a luz no pequeno cômodo, viu um demônio com corpo de moleque e cara de bode, de pé em cima de uma travessa sob o telhado velho.

Perguntei-lhe porque o munho era assombrado e "seu" Luís saiu-se com uma curiosa lenda que passo a narrar a seguir.

O munho d'água é assombrado de noite porque é uma invenção do satanás. O tal, "coisa ruim", cheio de inveja dos poderes de Jesus, queria provar ao Divino Mestre que também era capaz, inteligente. Então criou a interessante engenhoca do moinho de fubá. Tudo pronto, funcionando, chamou Cristo para gabar-se de sua capacidade inventiva e mostrou-lhe como o mecanismo funcionava. Jesus olhou, gostou e aprovou, mas com uma restrição que fez, dizendo ao diabo: "_ só falta benzer: Pai, Filho e Espírito Santo!" E numa explosão fedorenta o demônio sumiu, mas toda noite ele volta para observar sua invenção.

SOBRE BIBI FERREIRA E PE. TIAGUINHO



Uma história do fundo do baú. Do meu baú. Eu tinha 17 anos, estudava no Salesiano em Niterói e tínhamos alfabetizado umas turmas de adultos com um método então recentemente criado por um padre salesiano, Padre Tiago de Almeida, Método Dom Bosco de Educação de Base ou Método SDB. Depois de alfabetizar uma turma começamos a formar outros monitores de alfabetização. Foi isso que me fez abandonar o curso de direito e mudar para uma licenciatura.

A extinta TV Tupi do Rio de Janeiro, que funcionava num prédio na praia da Urca, resolveu lançar um programa de alfabetização pela televisão. Optou por usar o Método SDB. Convidaram Bibi Fer-

reira para ser a “professora” para alfabetizar no ar num programa ao vivo. Ganhou depois um prêmio no Japão por essa experiência.

Do fundo do meu baú sai a lembrança de, adolescente, ter entrado no apartamento de Bibi Ferreira em Copacabana e, sentados na mesa de sua sala, ter explicado como a gente fazia para alfabetizar os adultos usando aquele método.

Acabei sendo arrebatado pelo magistério e 50 anos depois estou aqui contando essa história. Salve Bibi!

*Erasto Fortes Mendonça
Professor aposentado da UNB*

PALMATÓRIA E OUTROS “MÉTODOS” DISCIPLINARES ANTIGOS

Nossos antepassados eram pródigos – sádicos, em considerável número – no trato com as crianças e jovens, especialmente os que se achavam sob a tutela doméstica ou em fase escolar, seja em educandários abertos ou internatos. Uma parafernália de instrumentos – os denominados “corretivos”, aplicados nas mais diversificadas modalidades – nos casos alegados de transgressão a regras familiares ou de aprendizado. Uma extensão, enfim, do regime escravagista, colonialista e da violência explícita contra subalternos, servos, menores e indefesos⁽¹⁾. Tapas, espancamentos, açoites, desabridamente aplicados, retratando uma sociedade violenta, desequilibrada, fenômeno que se inseria fundamente no processo familiar-escolar e que, deploravelmente, persiste até os dias atuais.

Os castigos corporais eram práticas, representações, táticas e estratégias de professores, gestores familiares (pais, governantas) impetrados às crianças e adolescentes, tendo como principal símbolo a palmatória, além de chicotes, varas, manguais, cipós, cintos, o que se estivesse à mão, sob o ímpeto de mentes desvairadas. Tinham, em síntese (os castigos) dois fins: punir mau comportamento e forçar a aprendizagem, que, segundo os castigadores eram recursos empregados para educar os alunos, mantendo-se a ordem e a disciplina.

Nos educandários de então, até ai por meados do século XX, a senhora e tétrica rainha era a “palmatória”, a “férula” dos antigos romanos, um dos mais repugnantes e insanos métodos antigos utilizados há mais de dois mil anos, vangloriando-se os mestres quanto à sua eficácia no tocante à disciplina e ao aprendizado. Ou seja - na acepção pedagógica de então - para aprender, nada melhor do que pelo terror. Tratava-se a palmatória de pequena peça circular de madeira, (roda de pau ou sola ou ainda pele de cação), geralmente com cinco orifícios dispostos em cruz, acoplada a um cabo, a qual servia para castigar as crianças, batendo-lhes (com ela) na palma da

mão aberta. Os golpes eram a título de castigo a alunos negligentes ou mesmo por mera implicância de mestres desequilibrados, (sem dúvida, frequentes) nas escolas de instrução primária de antanho. O Dicionário Moraes de Língua Portuguesa (1831) (apud Câmara Cascudo in “Dicionário do Folclore Brasileiro”), assim a define: “Roda de pau ou sola ou pele de cação, unida a um cabo, que nas escolas dão golpes sobre a palma da mão aberta por castigo”

Na linguagem familiar e escolar, recebia as denominações de “menina de cinco olhos”, “pavana”, “santa luzia dos cinco olhos”, “santa vitória”, “dona justa” etc. Um dito ou dístico da época dizia: “Santa Luzia dos cinco buracos / tira a manha de todos os velhacos” Ou a variante: “Santa Vitória de cinco buracos / tira a mandinga de quem é velhaco”. Ou ainda: “Palmatória não é santa, mas opera milagres”. Ainda hoje, ouve-se e usa-se a expressão “ser palmatória do mundo”, numa referência a sujeito metido a moralista, a censor de tudo e de todos. Aliás, o que é frequentemente observado no meio religioso puritano!

O uso da palmatória era castigo aplicado, não só a estudantes nas escolas portuguesas e brasileiras, mas também a escravos e crianças em geral. Sua origem e aplicação são remotíssimas, conhecida em Roma como “estimulador da memória infantil”. O poeta Marcial assim se refere a essa modalidade de açoite, então um tradicional castigo das crianças romanas, por estas detestada, mas adorada pelos mestres: “Invisae nimium pueris, grataeque magistratris” (Epigramas, Livro XIV, nº LXXX).

Havia o irônico, caricato hábito, até pelas décadas de 1930, 1940, em certos colégios – os alunos que terminavam o curso, ofereciam uma enorme palmatória, devidamente ornamentada, até com flores de papel e fitas, ao grupo que ficava...”Furtar a Santa Vitória” era, igualmente, um antigo ritual das escolas primárias. Ao encerramento do ano letivo, cujas atividades envolviam rigorosos exames, preparativos para as férias (a que se dava, então, o nome de “bródio”), a palmatória utilizada durante o ano letivo, era belamente enfeitada com flores, fitas coloridas, aposta em uma bandeja ricamente forrada por uma toalha de labirinto e assim entregue ou deixada na mesa do mestre-escola.

Havia, coexistiam outros nefastos métodos “educativos”, de cunho moral, de forma a incutir sentimentos de humilhação, vergonha e desonra aos alunos, como advertências grosseiras, arguições agressivas, ridicularizações na frente dos colegas, cópias de textos longos de cunho moralista, genuflexão forçada sobre bagos de milhos ou seixos etc. Reclamações de mestres aos pais, anotações em caderneta escolar, geravam castigos na escola e surras em casa. Um terror!

Uma lei imperial de 15/10/1827 tornava proibido o castigo corpo-

ral, que seria substituído pelo(s) de cunho moral com base no método mútuo ou lancasteriano⁽²⁾. O sentimento do medo, na visão do legislador, daria vez ao do envergonhamento. Os castigos físicos eram/foram aplicados, até mesmo com maior severidade, nos educandários religiosos, mormente dentre os lassalistas⁽³⁾. Há relatos até de prisões (solitárias ou enxovias) para alunos tidos como insubmissos, levando algumas personalidades públicas como Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, na década de 1880, a protestar contra os meios aviltantes utilizados no ensino da mocidade e em que muitas escolas de ensino tinham mais o aspecto e o espectro de penitenciárias do que de casas de educação. Herança, infelizmente, que recebemos da colonização, isto é, repressão, dentro do dístico “fisco e justiça” (ver nota 1).

A Lei nº 20, de 06/05/1837, da Província da Paraíba foi um primor de animalidade legalizada: regulava até o número de “palmatoadas” que cada aluno deveria receber, de acordo com a idade e a ação praticada “até o número de doze, cada dia”. O Regulamento Provincial de Minas Gerais, de 1835, em seu art. 39, permitia que os professores corrigissem “moderadamente” os educandos, sem usar, porém, de “expressões grosseiras e de tratos aviltantes e que longe de os chamar à obediência, tendam a fazer-lhes perder o pejo”

A situação conceitual-jurídica melhoraria ou se atenuaria a partir da edição do Código de Menores (1927), que reforçava a proibição de castigos físicos nas escolas, embora não os criminalizassem. A Constituição Federal de 1988 albergaria, por sua vez, vários direitos humanos aplicados à criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1980), em vigor, disciplinou e coibiu as práticas violentas, ainda que de ordem psicológica, na educação, buscando a construção de sociedade não violenta e de respeito à integridade do ser humano, desde o seu nascimento.

NOTAS

(1) *O colonizador português, quanto à Capitania de Minas Gerais, tinha mais preocupação em construir cadeia e em fiscalizar, arrecadar a qualquer custo, extorquir, submeter e explorar a população do que manter escolas, mesmo de primeiras letras. Sequer os educadores religiosos (jesuítas) tiveram autorização para adentrar a nossa capitania. Somente com a Reforma Pombalina é que surgem as primeiras iniciativas de educação pública, bem como autorização para iniciativas particulares. Registre-se que, anterior aos mestres-escola, existiram padres-mestres, que, de forma dedicada, missionária, ministraram aulas em inúmeras vilas mineiras.*

(2) *Metodologia criada pelo educador inglês Joseph Lancaster (25/11/1778-23/10/1838), ligado à religião quaker, empregado na Europa em fins do século XVIII e inícios do século XIX, espalhando-se por outros países e continentes, que exigia amplo espaço físico, professor e alunos monitores. A ideia central era que alunos ensinassem uns aos outros, sendo os mais adiantados (monitores) responsáveis ou encarregados por ajudar os que sabiam menos, metodologia hoje conhecida como “peer tutoring”. Suas escolas enfrentaram muitas resistências, acusadas também de maus tratos aos alunos, tendo desaparecido ou sendo posteriormente absorvidas pelos governos ou por outros grupos religiosos.*

(3) *O Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs, também conhecido como Rede La Salle, congregação religiosa de irmãos leigos, foi fundado pelo sacerdote e pedagogo francês São João Batista de La Salle (30/04/1651-07/04/1719) e aprovado pelo Papa Bento XIII em 26/01/1725, tendo como objetivo a popularização da educação, em especial para a infância e juventude pobres.*

A Rede La Salle chegou ao Brasil em 1907, instalando-se inicialmente em Porto Alegre (RS). Atua hoje em cerca de 80 países, contando com mais de um milhão de alunos.

O ATENEU

Um dos símbolos ou referenciais da violência vigentes nas escolas brasileiras do passado é o romance “O Ateneu”, autoria de Raul Pompéia (12/04/1863-25/12/1895), sendo alguns de seus principais personagens o menino interno Sérgio e o rijo diretor Aristarco. Alguns excertos do livro:

- Adiante-te, Franco – mandou Aristarco

...saiu Franco do lugar e de cabeça baixa como um cão, foi parar no centro da sala. Ali esteve por alguns segundos, exposto no meio do enorme quadrado de alunos. Os olhares caíam-lhe em cima como os projéteis de um fuzilamento. (...)

- O porco! – bramia Aristarco. O grandíssimo porco!, repetia como um deus fora de si (...)

Aristarco marcou apenas dez páginas de castigo escrito à noite e passar de joelhos as horas do recreio, a começar do presente. Formulado o veredicto, Franco caiu de rótulas no soalho, com estampido (...) De joelhos, neste ponto, Franco ao pelourinho; diante das chufas dos maus e da alegria livre de todos (...) Passando por ele, os mais enfurecidos deram empurrões, beliscaram-lhe os braços, injuriaram-no (...) Até um grande, mais estouvado, fê-lo cair sobre o portal, ferindo a cabeça (...).

Os inspetores fiscalizavam o serviço do pão, prevenindo espertezas. Escapavam-lhes os maus tratos. (Fonte: O Ateneu, São Paulo, Ed, Nova Cultural, 2003, págs. 54/55).

Aristarco ufanava-se da perspicácia de inquisidor. Sob a saraivada das perguntas, ameaças, promessas, o interrogado comprometia-se, entregava-se e traía os outros (...). Ao retirar-se, o diretor deixou na sala uma estupefação de pavor. (Pág. 122)

Aristarco veio sobre mim. Que explicasse a briga! Eu estava como o adversário, empoeirado e sujo como de rolar sobre escarros. Respondi-lhe com violência.

- Insolente! – rugiu o diretor. Com uma das mãos prendendo-me a blusa, a estalar os botões, com a outra pela nuca, ergueu-me ao ar e sacudiu. – Desgraçado! Desgraçado, torço-te o pescoço! Bandalhozinho impudente! Confessa-me tudo ou mato-te”. (pág. 123).

MÁ CONSERVAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

Vários casos de quedas e acidentes – em especial de idosos, crianças e mulheres – vem sendo registrados nas ruas de nossa cidade. É o que se ouve relatar. São vítimas de entulhos deixados pelas construções, ao longo de passeios e vias públicas, da má qualidade dos calçamentos e ainda de obras realizadas por empreiteiras ou mesmo pela gestão pública.

Questão de acompanhamento pela administração pública – para tanto há o código de posturas que não permite a presença ou guarda de material e de rejeitos de construção em vias públicas, devendo serem retirados, no caso de entulhos, através de caçambas apropriadas credenciadas e dentro de prazos pré-estabelecidos.

Outro problema grave são os passeios “altos”, alguns deles verdadeiras muralhas, obstruindo o trânsito de cadeirantes e a livre movimentação das pessoas. Comum verem-se pessoas forçadas a abandonar o passeio (ao se depararem com o bloqueio do mesmo) e deslocarem-se pela rua, correndo o risco de atropelamentos, quedas etc. Onde a lei de acessibilidade? Onde os direitos do cidadão e do transeunte?

Final, a cidade vem crescendo a olhos vistos, com crescente número/fluxo de moradores e veículos, propomos a nos tornar uma cidade turística, tornando-se inadiável a aplicação/instrumentalização de normas de segurança viária para todos.

Observações históricas sobre o Edifício São José e os seus painéis

(fé, cultura e alegria)

O Edifício São José teve sua pedra fundamental lançada em abril de 1951. Monsenhor Francisco Elói relata do livro de tomo número 2 p. 72: “Para comemorar os 60º aniversário de ordenação sacerdotal do Revmo. Vigário Pe José Duque de Siqueira, foi benzida no dia 12 de abril de 1951, a pedra fundamental do Salão Paroquial Edifício São José, em homenagem ao vigário e ao Sr Bispo D. José Medeiros Leite, e, à Associação de S. José que, nesse mesmo ano ganhara uma flâmula da OVS, por ser S. Tiago a Paróquia líder no movimento de vocações nesse ano.”

Seis anos após, em 19 de março de 1957, dia de São José, aconteceu sua inauguração. Segundo o relato no livro de tomo foi inaugurado solenemente. O nome Edifício São José deve-se ao fato de não ser somente um salão, mas por ter diversas salas para o Ginásio, apartamentos para aluguel, e o pensionato



Cinema Icarai, no Rio de Janeiro, exemplo de arquitetura art déco

Imaculada Conceição. Portanto, para o Monsenhor Elói, se referia a todo complexo pastoral e educativo. “Foi muito expressiva a festa, dado o conforto e a finalidade de um Salão Paroquial para fins religiosos, sociais e educativos” (cf. livro de tomo 2, p. 74).

Assim, desde o início, percebe-se com

clareza, as finalidades do salão. Já na entrada vê-se a frase: fé e cultura. Sendo um espaço multiuso, entende-se melhor o sentido dos painéis restaurados. Nas pinturas, de um lado temos a imagem de Jesus Bom Pastor, nos lembrando a evangelização. De outro, lado, temos o rei Davi com sua harpa, trazendo a perspectiva da cultura e da festa. A frase em latim, logo acima, ligando as duas imagens é uma trecho do salmo 99 e se traduz assim: “servi ao Senhor com alegria”. Desse modo, percebemos a integração da fé, da cultura e da festa! Não se tem no momento informações sobre a autoria dos painéis. Mas pode-se inquirir a possibilidade de ser obra do oliveirense Otavino Vitoi.

Fé e cultura! E assim foi! Como muitos lembram com saudade, lugar de formaturas, eventos diversos e atividades religiosas. Já antecipando o que o Concílio Vaticano II iria refletir sobre a Evangelização nos tempos atuais, Monsenhor Francisco Elói trouxe uma intuição importante para a paróquia e toda a população.



Imagem da fachada após sua construção em 1957

Com arquitetura que forma conjunto com o hotel e com tipologia de art decô (estilo comum nos anos de 1920 a 1940), a fachada encontra-se com suas características originais, e retrata o conjunto arquitetônico da Praça Ministro Gabriel passados da década de



Imagem da fachada do Edifício São José reformada no final de 2018.

50, com suas janelas e portas em madeira e vidro. Tanto as portas como as janelas, com peças de jacarandá, foram restauradas mantendo o máximo possível suas características originais. A fachada foi tombada em 23 de fevereiro de 2018 pelo decreto 2.781.

Apesar de a história do prédio sofreu adaptações e modificações conforme as necessidades de cada época.

E, como é natural, sofreu com os rigores do tempo! A necessidade de reformas vez com que ele ficasse fechado por alguns anos e, muito se perdesse de sua arquitetura e obras artísticas. Os famosos

painéis dos bastidores usados no palco para apresentações, por exemplo, foram guardados, mas se encontram em estado tão deplorável que, uma avaliação técnica verificou a impossibilidade de restauração.

Iniciativas foram tomadas ao longo dos anos de fechamento, mas outras prioridades e impasses burocráticos e jurídicos impediram que o prédio fosse reformado. Agora, teve sua reforma iniciada no segundo semestre de 2016 e concluída em março desse ano. Mas já se encontrava com atividades retomadas desde a Semana Santa de 2017, quando a Adoração ao Santíssimo na quinta feira santa, foi realizada nele. Desde então tanto

atividades religiosas, quanto culturais e sociais vêm sendo realizadas no local. Os Conselhos Econômico e Pastoral elaboraram um regimento para sua utilização e, dessa forma, tem servido a entidades e atividades que colaboram para o bem da população de forma gratuita.

Assim, o Salão Edifício São José completa 62 anos de história servindo ao Povo de Deus, integrando fé e cultura.



Imagem interna do prédio no início da reforma em 2016.



Imagem do interior do salão já com as pinturas restauradas e pintura interna terminadas

Pe Tiãozinho
23 de março de 2019.